

241  
C/11

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 03/85

001. Aos vinte e seis dias do mês de agosto de mil novecentos e oiten  
002. ta e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre da  
003. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, realizou-se uma reunião ex  
004. traordinária do Conselho Universitário da Universidade Federal  
005. de Pelotas, convocada e presidida pelo Senhor Presidente Magnífi  
006. co Reitor Prof. Ruy Brasil Barbedo Antunes. Estavam presentes os  
007. seguintes Conselheiros: Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor, Ac.  
008. Andrey Schlee, Profa. Antonina Zulema D'Avila Paixão, Prof. Anto  
009. nio Cesar Gonçalves Borges, Ac. Maria Bernadete Perius, Prof.  
010. Carlos Rodrigues Peixoto, Prof. Claudio Borba Gomes, Ac. Daniel  
011. M. Aquini, Profa. Emília Nalva Ferreira da Silva, Prof. João  
012. Necli Brandalise, Prof. Helvio Debli Casalinho, Prof. Hugo Rober  
013. to Kaastrup, Profa. Gilce Marlene Wetzell da Cunha, Prof.  
014. Isidoro Halpern, Prof. Ivan Soares Gervini, Prof. Jau Paulo Gou-  
015. lart, Ac. Jorge Luiz Malmann, Profa. Leila Hadler, Profa.  
016. Luisa Helena Falkenberg Rausch, Prof. Luiz Henrique Schuch, -  
017. Profa. Maria do Carmo Mascarenhas Seus, Profa. Maria Helena  
018. Bastos de Oliveira Antunes, Prof. Mario Osório Magalhães, Prof.  
019. Mario Thadeu Cruzeiro, Prof. Morenei Oliveira Chaves,  
020. Prof. Osmar Schaeffer, Prof. Paulo Afonso Rheingantz, Prof.  
021. Paulo Domingos Mieres Caruso, Prof. Paulo Silveira Junior, Prof.  
022. Renato Luiz Mello Varoto, Rolf Hilmar Lichtnow, Prof. Rubens  
023. Bellora, Prof. Telmo Pagana Xavier, Prof. Wilson Marcelino  
024. Miranda e Profa. Zilma Camelo de Holanda Cavalcanti. Havendo  
025. número legal de Conselheiros, o Senhor Presidente deu por  
026. aberta a sessão. Dando início a reunião, o Senhor Presidente sau  
027. dou os novos Conselheiros, Profs. Luiz Henrique Schuch, Diretor  
028. da Faculdade de Veterinária; Mario Osório Magalhães, Diretor do  
029. Instituto de Ciências Humanas; Mario Thadeu Cruzeiro, Diretor da  
030. Faculdade de Odontologia e João Nelci Brandalise, Vice-Diretor  
031. do Instituto de Biologia que substitui o Diretor atual, Prof.  
032. Fernando Carpena Alves, em seu impedimento. - ORDEM DO DIA -  
033. ITEM I - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR - Colocada em dis-  
034. cussão foi a mesma aprovada com a retificação solicitada pelo  
035. Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz, no sentido de fazer constar  
036. na íntegra o ofício de nº 024/85, encaminhado ao Magnífico Rei-  
037. tor pelo Coordenador do Curso de Arquitetura e Urbanismo, cujo  
038. assunto é a transformação do atual Curso de Arquitetura e Urba-  
039. nismo em Faculdade de Arquitetura: O CURSO DE ARQUITETURA E URBA  
040. NISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas, quando de sua criação,  
041. foi lotado no Instituto de Letras e Artes, Unidade que atua no  
042. domínio dos conhecimentos fundamentais (conforme artigo nº 47 do  
043. Estatuto da Universidade Federal de Pelotas), embora sendo de ca  
044. racterísticas profissionalizantes (o Curso). Em 18 de janeiro de  
045. 1983, o então Reitor, Professor José Emílio Gonçalves Araújo,



292  
Out

246. através da portaria nº 17 (vide cópia em anexo), desvincula os  
 247. cursos de Engenharia Agrícola, Nutrição, Enfermagem, Meteorolo -  
 248. gia e o de Arquitetura e Urbanismo de suas unidades de origem, -  
 249. vinculando-os diretamente ao Reitor. Apesar das inúmeras vanta-'  
 250. gens que este ato trouxe para o Curso de Arquitetura e Urbanis-'  
 251. mo, a figura de CURSO ISOLADO ou INDEPENDENTE apresenta diversos  
 252. problemas, inclusive regimentais: a) o Regimento da Universidade  
 253. Federal de Pelotas não prevê a existência de Conselho Departamen  
 254. tal nos Cursos Isolados; b) embora o exposto no item anterior, -  
 255. foi solicitado, em 1983 ao então Coordenador do Curso, Professor  
 256. Wilson Marcelino Miranda, que constituísse o Conselho Departamen  
 257. tal do Curso, o que de fato foi efetivado em 28 de abril de  
 258. 1983, embora até o momento não existe a portaria do Reitor; c) o  
 259. Conselho Departamental do Curso, apesar de não estar oficializa-  
 260. do, é reconhecido pelos órgãos superiores da Universidade Fede  
 261. ral de Pelotas, a saber: Reitor, COCEPE, CPPD e Pró-Reitorias; -  
 262. d) o Presidente do Colegiado dos Cursos Isolados acumula fun-  
 263. ção de Presidente do Conselho Departamental, em contradição com  
 264. o disposto nos artigos nºs 46 e 52 do Estatuto, segundo os quais  
 265. o Presidente do Conselho Departamental é o Diretor da Unidade; -  
 266. e) o Coordenador do Curso, "é escolhido pelo Reitor, de lista -  
 267. triplíce organizada pelo Colegiado do Curso, dentre seus docen-  
 268. tes da Área Profissionalizante" (artigo nº 107, § 1º do Regimen-  
 269. to Geral); f) os itens "d" e "e", evidenciam que o Coordenador, '  
 270. escolhido pelo Colegiado, é o Presidente do Conselho Departamen-  
 271. tal; trata-se na realidade, de um interventor no Conselho, que  
 272. não eleje a lista sextupla, a exemplo das demais unidades (Facul  
 273. dades, Escolas Superiores e Institutos); g) os Coordenadores dos  
 274. Cursos Isolados são os únicos que acumulam as funções didáticas '  
 275. com as administrativas, em evidente sobrecarga de atribuições, -  
 276. conforme a Resolução nº 01/79; nas Faculdades, Escolas Superio  
 277. res e Institutos, as funções administrativas estão a cargo do  
 278. Diretor de Unidade, em regime de 40:00 horas semanais, e de um  
 279. Vice-Diretor, em regime de 08:00 horas semanais, enquanto as fun  
 280. ções didáticas, são exercidas por um Coordenador de Colegiado, -  
 281. em regime de 20:00 horas semanais, perfazendo os três, 68:00 ho-  
 282. ras semanais; nos Cursos Isolados, como já foi dito, o Coordena-  
 283. dor de Curso acumula as funções administrativas e as didáticas, '  
 284. em regime de apenas 40:00 horas semanais; h) não bastando o ex-  
 285. posto no item "g", os Coordenadores dos Cursos Isolados, apesar '  
 286. da evidente sobrecarga de atribuições relativamente aos Direto  
 287. res e Coordenadores de Colegiado das Faculdades, Escolas Superio  
 288. res e Institutos, recebem gratificações inferiores à dos Direto-  
 289. res: Por outro lado, há que se considerar os pareceres do Exce-'  
 290. lentíssimo Senhor Procurador Geral da Universidade Federal de  
 291. Pelotas, relativos ao ofício nº 187 do Coordenador do Curso de  
 292. Arquitetura e Urbanismo e processo nº 2245 do Curso de Engenha-'  
 293. ria Agrícola, ..." já deixei expressado, em parecer, a necessida  
 294. de de se transformar os Cursos em Faculdades" (parecer ao ofício  
 295. nº 187)... " o Curso, por assim dizer, é, pois, a própria Facul  
 296. dade atuando, eis que uma de suas finalidades básicas é exatamen  
 297. te a ministração, no seu campo, do ensino profissional de gradua  
 298. ção, especialização e pós-graduação..." ainda, os cursos, dife  
 299. rentemente das unidades, não possuem órgão normativo disciplinador  
 300. da organização universitária, que atue no Campo administrativo..

H



101...." faz-se necessário um estudo mais aprofundado, possibilita -  
 102.dor, quem sabe, da criação da faculdade"... (parecer ao processo'  
 103.nº 2245). Por seu turno, a reivindicação de transformação do  
 104.Curso de Arquitetura e Urbanismo, que já vêm desde 1978, sendo -  
 105.posição consensual de seus corpo docente, discente e funcional,'  
 106.aprovada por unanimidade de seus membros pelo Colegiado e Conse-  
 107.lho Departamental (vide ofício nº 197/84 em anexo), têm sido  
 108.sistemáticamente protelada sob a alegação de que o Estatuto e o  
 109.Regimento Geral da Universidade Federal de Pelotas em fase de  
 110.reformulação, devendo ser apreciada quando a nova estrutura aca-  
 111.dêmica da Universidade Federal de Pelotas estiver definida; ocor  
 112.re que já se passam cinco anos! Ao longo desses cinco  
 113.anos, o Curso de Arquitetura vêm crescendo e se consolidando, e  
 114.hoje dispõe de vinte e seis professores lotados, oito funcioná-'  
 115.rios, sendo seis administrativos e dois agentes de portaria, pos  
 116.sui prédio próprio com cerca de 800m<sup>2</sup>; A partir de julho de  
 117.1984, possui dois departamentos, respectivamente o Departamento'  
 118.de Arquitetura e o Departamento de Tecnologia da Construção, e  
 119.conta com 301 alunos regularmente matriculados, de um total apro  
 120.ximado de 370 alunos, sendo este número superior ao de três uni-  
 121.dades (Faculdade de Educação, Faculdade de Ciências Domésticas e  
 122.Escola Superior de Educação Física). Paralelamente, o Curso pos-  
 123.sui, no Colegiado, as Comissões de Horário, Comissão de Avalia-'  
 124.ção do Ensino e a Comissão de Registros Acadêmicos; a Comissão de  
 125.Avaliação do Ensino é encarregada da elaboração da Reforma Curri-  
 126.cular, em fase de detalhamento, devendo ser implantado já no se-  
 127.gundo período letivo de 1985; possui ainda o Núcleo de Patrimô-  
 128.nio Histórico e Cultural, que têm prestado relevantes serviços à  
 129.Universidade Federal de Pelotas e ao Conselho Municipal de Patri-  
 130.mônio Histórico e Cultural; possui o Núcleo de Prestação de Ser-  
 131.viços do Departamento de Tecnologia da Construção, e que já vem  
 132.prestando serviços de consultoria e assessoria técnica ao Escri-  
 133.tório de Planejamento Físico e à Prefeitura do Campus, bem como  
 134.está concluindo os entendimentos para prestar assessoria técnica -  
 135.às Prefeituras de Piratini e Pedro Osório. Em fase de estrutura-  
 136.ção, estão a Câmara de Pesquisa e Extensão, e o Laboratório de  
 137.Construção, projeto que já foi contemplado com recursos para iní-  
 138.cio das obras para suas instalações. No ano de 1984, o Curso te-  
 139.ve três projetos de Pesquisa aprovados pelo COCEPE, Metodologia'  
 140.de Ensino na Área do Conforto nos cursos de Arquitetura e Enge-'  
 141.nharia, Metodologia do Ensino de Estruturas para os cursos de  
 142.Arquitetura e Engenharia Civil e Metodologia de Ensino na Área de  
 143.Desenho Urbano para o Curso de Arquitetura e pelo PRODERF, estan  
 144.do atualmente em fase de busca de agente financiador, tendo ain-  
 145.da atuado em extensão, via CRUTAC, em dois projetos junto à Pre-  
 146.feitura do Capão do Leão. O item A POLÍTICA DA UNIVERSIDADE, do  
 147.Plano de Desenvolvimento 1983/86, aprovado pelo Egrégio Conselho  
 148.Universitário, em seu subitem nº 14, páginas 126 e 127, recomen-  
 149.da..." A eficiência administrativa da Universidade... deverá ser  
 150.buscada intensa e permanentemente, seguindo os princípios bási-'  
 151.cos de seriedade e eficiência com austeridade. Torna-se imperio-  
 152.so substituir a improvisação por um planejamento"... Na opinião'  
 153.do Curso, a solução encontrada pelo Reitor anterior, através da  
 154.portaria nº 17 de 13 de janeiro de 1983, foi uma improvisação -  
 155.que se mantém por mais de dois anos. Ainda no Plano de Desenvol-

4

D

243  
Cul



156.vimento, no seu programa Prioritário 01 - MELHORIA DA QUALIDADE'  
 157.DO ENSINO, pag. 131, afirma: "... os Colegiados precisam, acima  
 158.de tudo, tratar do processo ensino-aprendizagem, a sua amplia  
 159.ção, visando a sua melhoria, precisam coordenar os cursos com ba  
 160.se em objetivos definidos claros e operacionalmente". Mais  
 161.adiante, na página 132, continua: " A dinamização da atuação dos  
 162.Colegiados de Curso, visando o conveniente desempenho de suas  
 163.funções, pode ser alcançada por meio da revisão dos critérios pa  
 164.ra sua composição, da valorização das funções de coordenação e  
 165.de representação nesses órgãos e orientação e acompanhamento pe-  
 166.lo COCEPE no desempenho dos referidos Colegiados". Analizando a  
 167.situação do Curso de Arquitetura e dos demais cursos isolados, à  
 168.luz do exposto acima, evidencia-se a contratação da improvisação  
 169.aliada às dificuldades de dinamização e valorização das funções'  
 170.de coordenação dos colegiados, devida à sobrecarga de atribui  
 171.ções de seus coordenadores. Por outro lado, a transformação do  
 172.Curso em Faculdade não acarretará nenhum prejuízo às demais uni-  
 173.dades da Universidade, uma vez que este já possui dotação orça-'  
 174.mentária própria desde 1983. Pelo acima exposto, e em cumprimen-  
 175.to às deliberações tomadas pelo Colegiado do Curso e pelo Conse-  
 176.lho Departamental, venho pelo presente solicitar a Vossa Magnifi  
 177.cência que, nos termos dos artigos nº 17, inciso I, alínea "o" e  
 178.nº 53 do Estatuto da Universidade Federal de Pelotas e dos arti-  
 179.gos nº 18, inciso I, alínea "o" e nº 89 do Regimento Geral da  
 180.Universidade Federal de Pelotas, submete à aprovação do Conselho  
 181.Universitário, em sua próxima reunião, a solicitação de transfor  
 182.mação do atual Curso de Arquitetura e Urbanismo em Faculdade de  
 183.Arquitetura. Disse a seguir o Senhor Presidente que antes de  
 184.prosseguir na Ordem do Dia, expressamente estabelecida, gostaria  
 185.de esclarecer que a convocação recebida originariamente tratava'  
 186.de outros temas que não este da reunião de hoje, no entanto, da-  
 187.da a ocorrência da greve dos docentes na Universidade, o Comando  
 188.de Greve dos docentes solicitou que os temas da reunião anterior  
 189.fossem suspensos, e que nesta reunião fosse discutido apenas os  
 190.assuntos referentes às reivindicações dos docentes, que iriam -  
 191.posteriormente, determinar um posicionamento deste Conselho pe-  
 192.rante tais reivindicações. Neste sentido a Ordem do Dia foi al-  
 193.terada, e posteriormente quando houver condições para tal, volta  
 194.remos a reunir este Egrégio Conselho com aquela Ordem do Dia an-  
 195.terior. O Senhor Presidente disse que antes de continuar a reu-  
 196.nião tem duas solicitações que gostaria de colocar em plenário -  
 197.para que este Conselho deliberasse a respeito. As solicitações -  
 198.se referem ao Comando de Greve dos docentes da Universidade e  
 199.outra do Comando de Greve do Corpo Técnico-Administrativo, pois  
 200.ambos pretendem aqui neste Conselho fazer uma rápida explanação'  
 201.das suas reivindicações. Em face disto, consulto aos Conselhei-  
 202.ros sobre a viabilidade destes dois segmentos da Universidade, -  
 203.fazerem uma breve explanação, e posteriormente se retirarem da  
 204.sessão, para então que este Conselho possa discutir e deliberar'  
 205.sobre a Ordem do Dia proposta. Colocada em discussão a proposta'  
 206.foi a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente conce-  
 207.deu a palavra ao Comando de Greve dos docentes. Iniciando sua  
 208.explanação o representante do Comando de Greve dos docentes dis-  
 209.se que é um momento muito importante que vive a nossa Universida  
 210.de, em especial as Universidades Fundacionais Brasileiras. Esta-

244  
 (Handwritten mark)

(Handwritten mark)

(Handwritten signature)



245  
Del

211. mos aqui neste momento representando o Comando de Greve dos pro-  
212. fessores da Universidade Federal de Pelotas, para colocar as ra-  
213. zões da mobilização dos docentes. Disse que gostaria de ressal-  
214. tar que a pauta de reivindicações não é nova. O movimento do-  
215. cente nacional há muitos anos vem lutando pela defesa da Univer-  
216. sidade Pública Brasileira. No que se refere as verbas para a Edu-  
217. cação a ANDES, que representa o movimento nacional de docentes,  
218. vem há muito tempo denunciando o achatamento do orçamento da Uni-  
219. versidade, e denunciando também a política de privatização da  
220. Educação Brasileira. Relatando um pouco da história da pauta de  
221. reivindicações colocaria que o Congresso de Docentes de Nível  
222. Superior, realizado em fevereiro, em Vitória/ES, já se deliberou  
223. pela maioria dos pontos desta pauta e naquela ocasião já se pe-  
224. dia uma reposição salarial das perdas, e nós reivindicávamos em  
225. março de 1985 uma reposição de 37,3% e 25% em setembro. Naquela  
226. ocasião o movimento docente conquistou o retroativo de 100% a  
227. partir de novembro de 1984, que incidiu sobre o reajuste de mar-  
228. ço. Com isto tivemos uma pequena reposição que no entanto não  
229. conseguiu colocar o poder aquisitivo dos professores ao nível de  
230. sejado. No Conselho Nacional de Associação de Docentes, realiza-  
231. do em Olinda, em maio do corrente ano, os docentes das Universi-  
232. dades Fundacionais lá presentes, deliberaram que a reposição das  
233. perdas dos salários dos professores, deveria ficar em torno de  
234. 38,5% a partir do reajuste de setembro de 1985. Este índice refle-  
235. te mais ou menos a média das perdas das Universidades Fundacio-  
236. nais Brasileiras. Sabemos o achatamento que os nossos salários -  
237. vem sofrendo ao longo dos últimos anos. O importante nesta lu-  
238. ta, e isto deve ser ressalvado, é a luta contra a política de  
239. achatamento salarial de todos os trabalhadores brasileiros, e a  
240. Universidade também vem sofrendo esta perda salarial. É importan-  
241. te também ressaltar neste aspecto que há um discurso hoje de  
242. recuperação do poder aquisitivo do povo brasileiro, mas, no en-  
243. tanto, percebe-se que a política salarial ainda continua inade-  
244. quada a estes discursos. Estes itens de 5% de produtividade, rea-  
245. juste salarial com base no INPC integral, reajuste trimestral de  
246. salários, adicional de 50% de dedicação exclusiva, verbas para o  
247. pleno funcionamento da Universidade; verbas para construção e  
248. manutenção de creches em locais de trabalhos. O que se tem de no-  
249. vo é exatamente o pagamento do retroativo de novembro, dezembro  
250. e 13º a que temos direito. Quanto a esse aspecto é importante sa-  
251. lientar que a ANDES, em audiência com o Senhor Ministro da Educa-  
252. ção obteve como resposta em maio de 1985, de que o Ministério já  
253. havia providenciado o pagamento deste retroativo, e que em uma  
254. semana todas as Universidades Fundacionais teriam este reajuste  
255. ressarcido, o que não ocorreu. Em 30/07 do corrente ano a Asso-  
256. ciação dos Docentes esteve com o Ministro novamente e a respos-  
257. ta dada foi a que não entendia como a Universidade Federal de  
258. Pelotas não havia pago os professores, uma vez que a Universida-  
259. de tinha recursos para tal fim. Recentemente quando os funcioná-  
260. rios tiveram audiência com o Senhor Ministro, este colocou que  
261. a Universidade Federal de Pelotas já havia recebido recursos pa-  
262. ra pagamento deste retroativo. Esta é uma questão que tem que  
263. ser resolvida. Outro aspecto fundamental diz respeito a Universi-  
264. dade Federal de Pelotas, é o adicional de insalubridade, questão  
265. esta que vem sendo levantada há muito, por vários professores -

68



246  
C

266.nossos, que trabalham em condições que dariam direito a este adi-  
267.cional, e isto vem sendo há muito tempo reivindicando e até ho-  
268.je o mesmo não tem solução. O restante dos itens da pauta, princi-  
269.palmente ao que se refere ao Plano de Cargos e Salários, foi in-  
270.cluído exatamente após a Diretoria da ANDES, no dia 30.06.85, ha-  
271.ver entregue a pauta de reivindicações do setor das Universida-  
272.des Fundacionais tiradas no Congresso de Olinda, quando o Minis-  
273.tro prometeu em 15 dias entregar uma resposta ao movimento docen-  
274.te. No dia 15 de agosto a ANDES reunida novamente com o Senhor -  
275.Ministro, obteve como resposta de que já teria sido encaminhado'  
276.reajuste de 100% do INPC, e que o restante dos itens da pauta se-  
277.riam analisados juntamente com o Plano de Cargos e Salários de  
278.cada Universidade, e que o tratamento seria dado isoladamente a  
279.cada Universidade. Esse foi um fato novo, e foi necessário que o  
280.movimento docente se organizasse no sentido de que se estudasse'  
281.estes planos, já que a maioria dos delegados das Universidades -  
282.presentes em Brasília, não tinham conhecimento deste plano. O in-  
283.dicativo dos delegados que formavam o comando de mobilização na-  
284.quela ocasião, era de que cada Universidade solicitasse de seu  
285.Reitor a retirada dos planos que tramitavam a nível de MEC, para  
286.que se pudesse tomar conhecimento, propor modificações, se fosse  
287.o caso. Neste momento surgiu uma oportunidade importante, já que  
288.o movimento docente luta há vários anos pela isonomia salarial'  
289.das Universidades Brasileiras, principalmente pela isonomia sala-  
290.rial das Universidades Fundacionais. Existe um estudo pela -  
291.unificação dos planos de carreira dos professores em cada setor'  
292.das Universidades Brasileiras. É o momento adequado de se reti-'  
293.rar os planos do MEC, de se estudar profundamente cada um destes  
294.planos e de se encaminhar a nível nacional um trabalho de unifi-  
295.cação dos Planos de Cargos e Salários das Universidades Funda-'  
296.cionais Brasileiras, que seria feito através de um estudo amplo'  
297.de cada Universidade e consagrado após as discussões a nível de  
298.Congresso e aprovado posteriormente em cada Universidade em  
299.Assembléia de professores. Quanto ao item que se refere especifi-  
300.camente a Universidade Federal de Pelotas e que diz respeito ao  
301.transporte de professores, funcionários e estudantes e também -  
302.diz respeito ao Restaurante Universitário, entendemos que este -  
303.item deve ser incluído na nossa luta e foi deliberado em assem-'  
304.bléia de professores na Universidade já que entendemos que esse  
305.é o ponto fundamental da Universidade, caracterizando a falta de  
306.verbas para o pleno funcionamento da Universidade Brasileira, e  
307.da nossa Universidade em particular, daí incluir este item na  
308.pauta, porque nós entendemos que a Universidade Pública deve  
309.ser gratuita e este item contempla exatamente esse ponto, porque  
310.entendemos que não é só a isenção de taxas que caracteriza a  
311.gratuidade do ensino público, mas também o subsídio a transpor-'  
312.te, alimentação e moradia. A seguir foi concedida a palavra ao  
313.Professor Gastão Coelho Pureza Duarte que inicialmente disse que  
314.interpretando o pensamento do Comando Central do movimento de  
315.greve dos professores, quer em seu nome agradecer esta deferen-  
316.cia especial que foi concedida, e em especial a sua pessoa de  
317.retornar a este órgão do qual participou por mais de 20 anos e  
318.agora na condição de um dos integrantes da comissão central do  
319.movimento, comparecer a uma reunião do órgão máximo da Universi-  
320.dade Federal de Pelotas para apresentar as reivindicações que

K



321.não são exclusivamente nossa e sim de todas as Comunidades Uni-  
 322.versitárias. Ao deixar este ambiente e esta sessão do Conselho -  
 323.Universitário, levamos a convicção de que teremos no Magnífico -  
 324.Reitor e em cada um dos membros deste Conselho um aliado, um  
 325.companheiro na luta que estamos enfrentando. Temos a certeza de  
 326.que cada um dos Conselheiros, e a Reitoria na pessoa do Magnífi-  
 327.co Reitor e de seu ilustre Vice-Reitor envidarão todos os esfor-  
 328.ços para que junto ao MEC as nossas reivindicações, a nossa cau-  
 329.sa seja vitoriosa, porque a vitória não é do Comando de Greve, a  
 330.vitória é da nossa Universidade. A seguir o Senhor Presidente -  
 331.concedeu a palavra ao representante do Comando de Greve do Cor-  
 332.po Técnico-Administrativo. Fazendo uso da palavra o representan-  
 333.te do Comando de Greve dos Funcionários da Universidade Federal'  
 334.de Pelotas disse que nós, servidores técnicos e administrativos -  
 335.da Universidade Federal de Pelotas, sentimo-nos honrados por es-  
 336.tar diante dos Senhores, que formam o órgão máximo desta Insti-'  
 337.tuição. Lamentamos, no entanto, que tenha sido necessária situa-  
 338.ção excepcional para que aqui pudessemos estar. Para nós, o que  
 339.estamos vivendo na Universidade Federal de Pelotas, é um momento  
 340.histórico e de transcendente significação. Pela primeira vez, a  
 341.Universidade convive com a paralisação em seu quadro técnico e  
 342.administrativo. Nosso movimento é espontâneo porque foi amadure-  
 343.cido nas consciências de cada um e brotou forte, após longos -  
 344.anos de silêncio. Estamos hoje, em um movimento ordenado, pacífi-  
 345.co, coeso e justo em busca de nossa própria identidade. Vivência  
 346.mos uma Universidade esmagada por sucessivos anos de descaso e  
 347.arrocho orçamentário a ponto de, praticamente comprometer, em to-  
 348.dos os níveis a qualidade de seu serviço e o papel excencial de  
 349.vanguardeira na promoção do desenvolvimento científico e tecnoló-  
 350.gico, esteios de uma sociedade melhor, economicamente forte e po-  
 351.liticamente independente. Nestes quase vinte e um anos as Univer-  
 352.sidades tiveram cerciamento de sua vocação natural a ser o habi-  
 353.tat onde a intelectualidade discute a nação, suas dificuldades, '  
 354.sua dinâmica e por isso ser o local onde nascem as novas lideran-  
 355.ças capazes, por sua formação política e sensibilidade ao so-  
 356.cial, de responderem com responsabilidade e patriotismo ao chama-  
 357.mento à tarefa de promover o bem comum. Nestes anos nós, quase  
 358.todos jovens de títulos eleitorais empoeirados e virgens ao  
 359.carimbo de um voto para Presidente, tivemos que conviver com  
 360.a marginalidade de idéias e com exemplos de depoloráveis de dete-  
 361.riorização na honestidade a ponto de termos, por um lado as nos-  
 362.sas defesas enfraquecidas pela falta de consciência política e,  
 363.por outro lado, dificuldades para não acreditar que aquilo que  
 364.nossos pais pregavam sobre ser honesto não ultrapassava os limi-  
 365.tes do teorismo. A Nova República, no discurso de seu idealiza-'  
 366.dor, veio resgatar nossas consciências e nossos pais. E esperan-  
 367.ça temos que tenha vindo também, para resgatar a Universidade -  
 368.Brasileira. Este resgate passa, necessariamente pelo retorno de  
 369.nossos cientistas, pela valorização do ensino, pelo estímulo do  
 370.trabalho de produção científica e por uma extensão com novas con-  
 371.dições para ser agente modificador da realidade social e economi-  
 372.ca e, ainda, realimentador da própria Instituição para sua neces-  
 373.sária adequação à dinâmica do desenvolvimento que ajuda a promo-  
 374.ver. Não se faz uma Universidade sem cérebro capazes de criar e  
 375.não se faz criação sem os meios adequados. Uma Universidade cria

HA

*[Handwritten signature]*

244  
Paul



248  
Cul

376.tiva e com meios adequados tem ensino e extensão forte. A aplica  
377.ção imediata da Emenda Calmon é a forma mais contundente de res-  
378.ponder como a nova república esta pretendendo priorizar a Univer  
379.sidade. Cremos, também, que isto sô não basta. Para termos uma  
380.Nova Universidade, é necessário que tenhamos a sinceridade e a  
381.coragem para olhar dentro de nós mesmos e revermos nossas respos  
382.tas ao que é de nós esperado. A autocrítica individual leva a  
383.autocrítica da Instituição. Pregamos a Nova Universidade não só  
384.no tratamento que recebe do Governo quanto a recursos, mas, es-  
385.sencialmente Nova da crítica que deve fazer a si mesma, em todos  
386.os níveis, desde a sua base até este egrégio Conselho. O movimen  
387.to docente vem, de há muito, lutando por essa Universidade; lu-  
388.ta na qual estamos nos engajando pelo despertar que ora vive-  
389.mos. Desejamos, neste despertar abrir os nossos horizontes além  
390.da mera questão salarial, que se é prioritária como estimuladora  
391.ao trabalho e preservação da dignidade da classe de servidores,  
392.não encerra as questões sobre as quais devemos estar atentos. Os  
393.servidores técnicos e administrativos não desejam discutir sua  
394.importância na Universidade, pois que esta é questão pacífico. -  
395.Queremos é discutir o nosso espaço. Nossa Universidade esta dan  
396.do os seus primeiros passos democráticos e a afirmação da demo-  
397.cracia esta na participação de todos na busca das melhoras solu-  
398.ções. A chamada atividade meio, tem muito de responsabilidade pa  
399.rá o alcance dos fins e, por estarmos nela inseridos temos orgu  
400.lho de que fazemos e ajudamos a produzir. Hoje, não é possível -  
401.sustentar-se teses de uma comunidade Universitária rigidamente -  
402.dividida em classes. A divisão da responsabilidade leva ao aper-  
403.feiçãoamento da Instituição, pois compromissa a todos com os obje  
404.tivos traçados. Não há fórmulas ideais para se chegar a Nova Uni  
405.versidade que não passe pela participação de todos em um debate,  
406.seja a nível de grupos seja a nível de órgãos colegiados. Reivin  
407.dicamos, movidos por esta convicção, a nossa participação nos  
408.órgãos colegiados da UFPEL. Não queremos que nossa participação  
409.seja uma concessão e sim, o reconhecimento de um direito, por  
410.não queremos estar aqui como meros ouvintes, senão como partici-  
411.pes efetivos da construção de uma Universidade melhor. Nosso mo-  
412.vimento, surgido pela motivação pecuniária, hoje toma corpo e  
413.evoluti para uma consciência de classe de onde todos sairemos for  
414.talecidos. Estamos cientes que esta consciência levará ao engran  
415.decimento da Instituição, pois nossa União com docentes e estu-  
416.dantes, em lutas comuns que tenham por escopo a Universidade, de  
417.verá servir com base mais sólida para priorização nacional das  
418.Instituições de ensino. Lamentamos que tenhamos que parar nosso  
419.trabalho para que sejam reparadas injustiças cometidas conosco e  
420.com a Universidade. Temos esperança de voltar logo ao trabalho e,  
421.grande parte dela esta cimentada na confiança de que deste Egré-  
422.gio Conselho partirá, em voz unânime, enérgico apoio as reivindi  
423.ções por uma Universidade melhor. A hora é de dar-mos um bas  
424.ta aos interesses estranhos ao País e colocarmos, de fato e defi  
425.nitivamente, a Universidade como prioridade Nacional. Ao virmos  
426.aquí, trazemos conosco a certeza de estar falando de servidor -  
427.para servidor, que nada nos separa e tudo nos une pela constru-  
428.ção da UFPEL que acalentamos em nossos melhores ideais. Nossa  
429.certeza é que daqui saímos com braços e mão fortalecidos para  
430.sustentação de nossa bandeira comum e depositamos em cada um dos

At



249  
out

431.Senhores, nossa confiança de luta conjunta por uma casa que é  
432.nossa e de nosso povo, que mais do que ninguém merece uma Nova -  
433.Universidade. O Senhor Presidente agradeceu a presença dos dois  
434.Comandos de Greve, dizendo que os esclarecimentos prestados fo-  
435.ram extramamente úteis para que este Conselho possa a vir delibe-'  
436.rar sobre o assunto, que está contido na Ordem do Dia, ou seja, o  
437.posicionamento do Conselho perante a greve dos docentes, acres-'  
438.centando também, agora a paralisação do corpo técnico-administra-  
439.tivo. O Senhor Presidente disse que caibam alguns rápidos escla-  
440.recimentos sobre o que foi dito, especialmente com a posição da  
441.própria Reitoria sobre os assuntos aqui ventilados. Disse o  
442.Senhor Presidente que o documento lido pelo Comando de Greve do  
443.Corpo Técnico-Administrativo não se reveste de maior amplitude -  
444.referente às reivindicações específicas, apenas aparecendo uma  
445.delas que é a participação do corpo técnico-administrativo neste  
446.Conselho, aspiração que lhe parece justa e adequada, mas que de-  
447.pende da reforma do regimento e do estatuto da Universidade, pa-  
448.ra que possa se efetivar. Quanto às reivindicações levantadas -  
449.pelo Comando de Greve dos Docentes gostaria primeiramente de di-  
450.zer que as reivindicações de ordem salarial parecem adequadas'  
451.e justas, dizendo ainda que a defasagem dos salários dos docen-'  
452.tes e também do corpo técnico-administrativo, tem feito que a  
453.Universidade como um todo não consiga alcançar sua autonomia. Su-  
454.perar esta defasagem é antes de mais nada resgatar a própria dig-  
455.nidade da Universidade. No tocante ao pagamento dos atrasados, o  
456.MEC reconheceu a dívida destes atrasados (referente a novembro, '  
457.dezembro e 13º salário de 1984). Para pagamento desta dívida de-  
458.veria haver por parte do Ministério o reconhecimento desta dívi-  
459.da, o que ocorreu; o que não ocorreu foi o repasse do recurso, '  
460.que até este momento não chegou a esta Reitoria, como também não  
461.chegou a nenhuma Universidade Brasileira até o momento. Disse -  
462.que muitas Universidades Fundacionais Brasileiras pagaram (cerca  
463.de 12 Universidades) esta diferença, através de receita própria.  
464.A UFPEL optou por não fazer este pagamento por uma razão sim-  
465.ples, ou seja, o recurso envolvido ultrapassa a 650 milhões de  
466.cruzeiros. No entanto se comprometermos a receita própria com  
467.o pagamento dos atrasados, nós comprometeríamos de forma quase -  
468.absoluta toda a questão da assistência dos alunos carentes, o  
469.RU e teríamos dificuldades de mantermos algumas bolsas, pois to-  
470.das são mantidas através de receita própria. A razão maior do  
471.não pagamento deste atrasados é que a Universidade não recebeu o  
472.repasse, e entendemos que este repasse é uma dívida do MEC e co-  
473.mo dívida deve a mesma ser saldada. Quanto a colocação, pelo comando'  
474.de greve dos docentes, do assunto referente ao transporte até o  
475.campus, podemos adiantar que estamos num momento difícil, e este -  
476.momento difícil se refere ao fato que a empresa transportadora, a  
477.TURF, concessionária, pretendeu abandonar o serviço, o que deixa  
478.ria a Universidade em extremas dificuldades. Sobre o assunto o  
479.Senhor Presidente fez um amplo relato aos Conselheiros, explica-  
480.do detalhadamente as gestões que a Reitoria fez junto ao Gover-  
481.no do Estado, para que este transporte não alcance os valores -  
482.pretendidos pela empresa. Comentou com os Conselheiros que está  
483.se avivando uma idéia antiga que é a implantação do transporte -  
484.ferroviário para o Campus, onde já foram feitos estudos profun-  
485.dos sobre o assunto, e se este meio de transporte fosse ativado'

to

mar



200  
1944

486.já, o custo da passagem estaria por volta de quatrocentos e ses-  
487.senta cruzeiros. Referiu-se sobre as dificuldades de implantação  
488.do citado meio de transporte, como também ao custo da construção  
489.este ramal, que está orçado em 12 bilhões de cruzeiros. ITEM 2  
490.- POSICIONAMENTO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO SOBRE AS REIVINDICA-  
491.ÇÕES DO COMANDO DE GREVE - O Senhor Presidente colocou o assunto  
492.em discussão. O Conselheiro Paulo Afonso Rheingantz teceu comen-  
493.tários sobre o estado atual que vive a Universidade e solicitou'  
494.que o Conselho referende a pauta de reivindicações dos docentes  
495.e do corpo técnico-administrativo. Concedida a palavra ao Vice-  
496.Reitor, Prof. Léo Zilberknop, este disse que os Reitores das Uni-  
497.versidades Fundacionais em reunião realizada da qual compareceu,  
498.representando esta comunidade, resolveram encaminhar ao Ministro  
499.Marco Maciel o seguinte texto: Dos Reitores das Instituições de  
500.Ensino Fundacionais ao Exmo. Senhor Doutor Marco Maciel, Digníssi-  
501.mo Ministro de Estado da Educação. Brasília/DF. Senhor Ministro.  
502.Desde o momento que assumiu o MEC Vossa Excelência vem, com com-  
503.petência administrativa política e invulgar capacidade de traba-  
504.lho, demonstrando ao longo destes cinco meses de Governo uma  
505.grande sensibilidade para com os problemas da Educação Brasilei-  
506.ra, a ponto de estar reencaminhando ao encontro de sua real valo-  
507.rização sobre o ponto de vista da prioridade governamental. É  
508.indiscutível, portanto, que os numerosos problemas que se acumu-  
509.lavam quando da posse a frente deste Ministério estão sendo en-  
510.frentados por Vossa Excelência com denodo e tirocínio através de  
511.soluções que ressaltam um permanente interesse no desenvolvimen-  
512.to do sistema educacional brasileiro. Desta forma, nós Reitores'  
513.das Universidades Fundacionais, que vínhamos acompanhando com  
514.grande preocupação o vertiginoso desprestígio sofrido por nossas  
515.instituições nos sentimos reforçados como co-participe da admi-  
516.nistração de Vossa Excelência, e tendo em vista as paralizações'  
517.que ora ocorrem, apresentaram uma séria de pontos que estão a  
518.reivindicar uma urgente tomada de posição por parte do MEC e  
519.que se consubstanciam nos seguintes itens: a) a questão salarial  
520.e o plano de cargos e salários.- É indiscutível que um dos maio-  
521.res problemas enfrentados pelo atual governo repousa sobre o sa-  
522.lário da classe trabalhadora. O achatamento salarial ditado por  
523.uma política que nenhum benefício trouxe a economia do país, vem  
524.produzindo gravíssimas sequelas ao assalariado, desaguando em  
525.reivindicações que em hipótese alguma, podem ser desconsidera-'  
526.das pelo governo. Na área da Educação Superior a duplicidade de  
527.formas jurídicas que configuram as Instituições de Ensino Fede-'  
528.rais, autarquias e fundações, vem, pela adversidade salarial re-  
529.gistrada entre ambas provocando constante e aflitivas situações'  
530.no âmbito das Universidades, propiciando a mobilização que se re-  
531.pete semestralmente por parte das associações representativas -  
532.dos docentes e servidores. Neste momento, em virtude da con-  
533.cessão em janeiro e julho de dois aumentos salariais diferencia-  
534.dos aos professores e servidores autárquicos e devido ao fato de  
535.que o cálculo do INPC de setembro que corrige os salários dos  
536.professores e servidores das Universidades Fundacionais registra  
537.o mais baixo índice do ano (68%), verifica-se intensa mobiliza-'  
538.ção em nossas Universidades, determinando o atual estado de para-  
539.lização que vem se instalando progressivamente em todas as insti-  
540.tuições de Ensino Superior Fundacionais. O que se reivindica'

ta



251  
Cout

541.é o estabelecimento de isonomia dos salários, tanto para as au-  
 542.tarquias quanto para as fundações. Logicamente isto só poderá -  
 543.ocorrer quando a data base das correções for a mesma para ambas'  
 544.as formas institucionais. A concessão de aumento salarial na ba-  
 545.se de cem por cento do INPC para todas as categorias docentes e  
 546.servidores técnico-administrativos acrescida de uma gratificação  
 547.que assegura o mesmo percentual de reajuste já concedido as  
 548.Universidades autárquicas, sem dúvida contornaria a crise que se  
 549.instala. De forma operacional propomos a partir do exercício de  
 550.1986 a unificação das datas básicas de reajuste salariais entre -  
 551.os servidores da União e das Fundações Universitárias, janeiro e  
 552.julho, para possibilitar a otimização da aplicação dos recursos -  
 553.globais, oriundos da emenda Calmon, já sancionada sua regulamen-  
 554.tação pelo poder executivo. Recomendamos também, o reestudo dos  
 555.planos de cargos e salários das Universidades Fundacionais, se  
 556.assim o desejarem, visando a acolhida de outras reivindicações,  
 557.tais como gratificação por tempo de serviço, aposentadoria inte-  
 558.gral, produtividade, licença sabática, percentual de dedicação -  
 559.exclusiva e outros, de modo a assegurar parâmetro comuns a to-  
 560.das as Fundações. b) a questão da contratação de pessoal - A cer  
 561.ca de cinco anos os organismos federais inclusive, inexplicavel-  
 562.mente aqueles ligados ao setor da educação, vem sendo submetido'  
 563.a proibição de contratação de pessoal. Todos os Decretos assina-  
 564.dos limitavam um determinado período a esta proibição, criando'  
 565.uma falsa expectativa de que logo após expirado o prazo limite -  
 566.haveria a esperada liberação para que se pudesse expandir o qua-  
 567.dro de pessoal das IES. Atualmente estamos sob a égide do Decre-  
 568.to nº 91.404 de 05.07.85 que proíbe até 31.12.85 a contratação -  
 569.de pessoal nos órgãos estatais, inclusive na vaga de ... Apesar  
 570.destes Decretos restritivos, as pressões sobre o MEC, reivindi-  
 571.cando a criação de novos cursos, através de importantes setores  
 572.da sociedade brasileira, foram repassadas as nossas Universida-'  
 573.des que se viram forçadas a implantá-lo com a promessa do Minis-  
 574.tério do afrouxamento da legislação proibitiva em vigor, entre-'  
 575.tanto, isto não aconteceu, o que vem provocando uma insuportável  
 576.situação dentro de novas IES. Alguns cursos em expansão apresen-  
 577.tam uma total ou parcial falta de condições de funcionamento. Ou  
 578.tros, embora em pleno funcionamento, apresentam uma inquestionã  
 579.vel baixa de qualidade devido ao excessivo acúmulo de encargos -  
 580.distribuídos aos docentes responsáveis. Os programas de Pós-Gra-  
 581.duação e Pesquisa também se encontram gravemente atingidos por  
 582.esta legislação, com reflexos diretos sobre a qualidade do ensi-  
 583.no ministrado. Para agravar ainda mais a situação, o CPE vem le-  
 584.gislando a respeito da alteração do currículo mínimo de diversos  
 585.cursos, como é o caso do curso da área de Ciências Agrárias, por  
 586.exemplo, levando invariavelmente a inclusão de novas disciplinas  
 587.sem que nossas instituições sejam sequer ouvidas. Tais altera-  
 588.ções, por sua vez, não autorizam compulsoriamente a contratação'  
 590.de docentes para atender as expansões determinadas pelo novo  
 591.curriculo mínimo, vindo a criar um grande e permanente conflito'  
 592.dentro das IES, que se agrava a cada semestre devido a necessida-  
 593.de de viabilizar a implantação de disciplinas exigidas pelos cur-  
 594.rículos alterados. No semestre que ora se inicia, a situação se  
 595.coloca num espaço crítico, e apesar de todos os esforços e arran-

6



252  
 02/11

596.jos que se conseguiu realizar no âmbito dos departamentos envol-  
 597.vidos, estamos sob a ameaça de ocorrência que repercutirão de  
 598.maneira desgastante sobre a normalidade da vida acadêmica. Por  
 599.outro lado, temos acompanhado e apoiado totalmente a incansável  
 600.mobilização de Vossa Excelência e equipe do MEC, no sentido de  
 601.catalizar a participação integrada das IES com organismos de ou-  
 602.tros Ministérios da República, visando o encaminhamento conse-  
 603.quente e ordenado do desenvolvimento de nossas regiões. Com isto  
 604.valoriza-se a atuação da Universidade e firma-se a sua respeita-  
 605.bilidade no seio da sociedade brasileira. Entretanto, sem que as  
 606.IES possam expandir seu quadro docente e técnico-administrativo,  
 607.torna-se inviável a execução de tão importante proposta. Urge  
 608.portanto, Senhor Ministro Marco Maciel, que Vossa Excelência, -  
 609.busque sensibilizar o Excelentíssimo Senhor Presidente da Repú-  
 610.blica, no sentido de liberar as nossas Universidades das restri-  
 611.ções referentes as proibições da contratação de pessoal e expan-  
 612.são dos quadros. c) questões orçamentárias - Nosso pleito Senhor  
 613.Ministro para o exercício de 1985 vai além da obtenção dos valo-  
 614.res orçamentários suplementares inicialmente solicitados e indis-  
 615.pensáveis para a manutenção de nossas instituições neste períó-  
 616.do. Necessitamos também, que os correspondentes repasses finan-  
 617.ceiros sejam efetivados sem demora, para que possamos manter os  
 618.níveis de compra e pagamento dentro das necessidades de nossas -  
 619.Universidades sem riscos de interrupção das atividades mínimas -  
 620.atualmente desenvolvidas. O encaminhamento da discussão da pro-  
 621.posta orçamentária para 1986 muito nos tem preocupado os tetos -  
 622.estabelecidos para custeio e capital, os quais estão situados mui-  
 623.to abaixo de nossas necessidades. Os tetos que foram atribuídos  
 624.as nossas IES estão muito abaixo das nossas necessidades, nem  
 625.mesmo se referindo apenas a aplicações de recursos somente para  
 626.manutenção. Esperamos que a sanção presidencial, a regulamenta-  
 627.ção do parágrafo 4º do artigo 176 da Constituição, aspiração da  
 628.sociedade brasileira, tão bem catalizada por Vossa Excelência, -  
 629.no sentido de torná-la fato concreto, seja o agente mediador de  
 630.nossas apreensões na medida em que possamos expandir o limite ao  
 631.nível das reais necessidades das nossas Universidades. Para o  
 632.exercício de 1986 cremos que, substanciais modificações devam ser  
 633.inseridas no processo de elaboração da proposta orçamentária. Os  
 634.custos de manutenção devem ser garantidos, na dotação inicial,  
 635.na medida em que estejam pautados na vocação de suas institui-  
 636.ções, nas reais necessidades regionais e atendimento a execução  
 637.da política geral do ministério. Suplementações de créditos para  
 638.atividades de fomento deverão ser conquistadas pelas diversas -  
 639.unidades executoras, através de projetos e programas que atendam  
 640.a critérios definidos e conhecidos decorrentes da definição da  
 641.política do Ministério para o exercício. Finalizando Senhor Mi-  
 642.nistro, dentro dos princípios que norteiam nossas administra-  
 643.ções, voltados para a estabilidade de nossas instituições e o  
 644.respaldo às ações atuais do Ministério da Educação visando o de-  
 645.senvolvimento da educação superior, reafirmamos nossas esperan-  
 646.ças que possamos solucionar os problemas aqui levantados com o  
 647.apoio e o prestígio de Vossa Excelência, junto ao Presidente -  
 648.José Sarney e equipe governamental. Cordialmente, assinam todos  
 649.os Reitores das Universidades Fundacionais. O Senhor Presidente  
 650.retomando a palavra, disse que este documento lido pelo Vice-Rei



651.tor foi produzido inicialmente em Goiânia e posteriormente na  
652.reunião que esteve presente o Professor Léo Zilberknop, foi o re  
653.ferido documento readaptado a atual contingência. Disse o Senhor  
654.Presidente que há um outro documento enviado de Goiânia ao  
655.Senhor Ministro onde se solicita que os recursos a serem aloca-  
656.dos as Universidades no próximo ano se façam da seguinte mane  
657.ra: recursos de pessoal, na percentagem devida a cada Universida  
658.de em função de seu quadro docente e técnico-administrativo; os  
659.recursos de custeio e capital em percentagem nunca inferior a  
660.25% do orçamento global; 20% para manutenção geral da Universida  
661.de em investimentos também gerais e 5% especificamente alocados  
662.a obras. Disse ainda o Senhor Presidente, só para informar, que  
663.o orçamento alocado na Universidade Federal de Pelotas para o  
664.exercício de 1986, orçamento inicial é na ordem de 250 bilhões -  
665.de cruzeiros, sendo que, 245 bilhões de cruzeiros se destinam pa  
666.ra pessoal, e pouco mais de 10 bilhões para outros custeios e  
667.capital, ou seja, para toda a manutenção e investimento da Uni-  
668.versidade. O Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto solicitou a  
669.palavra dizendo inicialmente que as reivindicações apresentadas  
670.pelos docentes são justas e as mesmas devem ser apoiadas. No to-  
671.cante ao documento aqui apresentado pelos funcionários, solicita  
672.que lhe seja prestado esclarecimento, pois o referido documento  
673.não fala nas reivindicações dos mesmos. O Senhor Presidente dis  
674.se que o documento apresentado pelo corpo técnico-administrativo  
675.é bastante genérico mas o comando de paralisação enviou a Reito  
676.ria, um outro documento, no qual estabelece algumas reivindic  
677.ções. Continuando seu relato disse o Senhor Presidente que a  
678.Assembléia dos funcionários aprovou como reivindicações: INPC -  
679.integral, piso de três salários mínimos e reposição de 38,5%. -  
680.Fez o Senhor Presidente uma síntese do documento enviado a Reito  
681.ria pelo Comando de Paralisação dos Funcionários. No tocante ao  
682.Plano de Cargos e Salários, na assembléia dos docentes foi deli-  
683.berada a retirada deste plano. No tocante aos funcionários tal  
684.deliberação não foi tomada, a questão continua sem apreciação, o  
685.corpo técnico-administrativo está estudando o plano. O Conselhei  
686.ro Luiz Henrique Schuch solicitou a palavra, dizendo inicialmen-  
687.te que as abordagens feitas nesta sessão são muito esclarecedo-  
688.ras e colocam um posicionamento direcionado no mesmo sentido, e  
689.portanto, sem maiores delongas, gostaria de fazer uma proposi-  
690.ção objetiva que seria referente a um posicionamento deste Conse  
691.lho, reconhecendo a legitimidade do movimento reivindicatório e  
692.de apoio às reivindicações expressamente aprovadas em assembléia,  
693.inclusive dando um reconhecimento todo especial a amplitude -  
694.do movimento de base, colocado dentro da Universidade neste mo-  
695.mento, que lhe parece não pode ser questionado, que este Conse-  
696.lho tome como deliberação uma conclusão escrita e resumida, ba-  
697.seada nestes dois itens, reconhecendo a legitimidade do movimen-  
698.to e de apoio as reivindicações e que esta conclusão tivesse -  
699.três âmbitos de divulgação: na imprensa local; que fosse dirigi-  
700.da ao MEC; e que fosse em terceira instância dirigida ao Presi-  
701.dente da República, sem desfazer do caminho do MEC, mas pelo en-  
702.tendimento de que uma série destas reivindicações dependem de  
703.uma deliberação mais ampla na esfera governamental. O Senhor Pre  
704.sidente solicitou ao Conselheiro, autor da proposta, que fizesse  
705.a redação do documento. O Conselheiro Helvio Debli Casalinho, so

★

*[Handwritten signature]*



234  
Cul

706.licitou a palavra e disse que só queria enfatizar aos Senhores -  
707.Conselheiros e ao Senhor Presidente do Conselho, com relação ao  
708.Plano de Cargos e Salários, se torna uma questão fundamental que  
709.se consiga a retirada pelos menos parcial no sentido da parte -  
710.dos docentes, para que a mesma pudesse ser amplamente discutida,  
711.pois este Conselho não teve oportunidade de estudar o plano que  
712.foi encaminhado. O Senhor Presidente disse que gostaria de escla-  
713.recer que na reunião realizada entre o Comando de Greve dos Do-  
714.centos e a Reitoria, isto consta da resposta que está sendo en-  
715.viada ao Comando de Greve, onde a Reitoria situa o Plano de Car-  
716.gos e Salários, dizendo que este plano foi elaborado em 1984 e  
717.posteriormente em março a Reitoria pôs uma série de impugnações'  
718.havidas, inclusive levantadas pelo proprio Ministério reenviou'  
719.o plano ao Ministério. A Reitoria nesta reunião com o Comando de  
720.Greve aceitou a crítica do Comando, entendendo justa no sentido'  
721.de que este plano deveria ter um trâmite maior na comunidade uni-  
722.versitária. A Reitoria reenviou o plano ao MEC porque a sua apro-  
723.vação estava sendo requerida com urgência, e este plano já havia  
724.sido aprovado pela administração anterior. A Reitoria neste mo-  
725.mento torna público, a crítica ao plano, e compromete-se perante  
726.a este Conselho de reexaminar o plano retirando-o no que tange -  
727.apenas ao aspecto docente e fazendo com que este plano tenha sua  
728.tramitação neste Conselho e seja por ele aprovado, posteriormen-  
729.te enviando ao MEC. Disse ainda o Senhor Presidente, que a ques-  
730.tão pendente é aquela referente a retirada total do plano, que  
731.envolve aspectos relativos aos docentes, mas sobretudo aspectos'  
732.do corpo técnico-administrativo. A matéria foi posteriormente am-  
733.plamente debatida entre os Conselheiros presentes a sessão. Esgõ-  
734.tada a discussão da matéria, o Senhor Presidente indagou ao Con-  
735.selho se o mesmo aceitava votar, desde logo, na proposição apre-  
736.sentada pelo Conselheiro Luiz Henrique Schuch, que tem o sequin-  
737.te teor: "O Conselho Universitário da Universidade Federal de  
738.Pelotas reunido extraordinariamente no dia 26.08.85, reconhecen-  
739.do a legitimidade do movimento reivindicatório, inflagrada pe-  
740.los professores e funcionários dessa Universidade, manifesta seu  
741.apoio às reivindicações aprovadas nas assembléias das catego-  
742.rias. Colocada em aprovação a proposição apresentada foi a mesma  
743.aprovada por unanimidade. Como nada mais havia a tratar, o  
744.Senhor Presidente agradeceu a presença de todos os Conselheiros'  
745.e deu por encerrada a sessão, às onze horas e trina minutos. E  
746.para constar, eu, *[assinatura]* Sued Ferreira Rodrigues, Secre-  
747.tário dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que após  
748.lida e aprovada será devidamente assinada. Secretaria dos Conse-  
749.lhos Superiores, dezesseis de outubro de mil novecentos e oiten-  
750.ta e cinco. .x

*[assinatura]*  
Sued Ferreira Rodrigues